

ASPECTOS
POLÊMICOS
E ATUAIS
DO DIREITO ELEITORAL

ORGANIZADORES:
Luciana Diniz Nepomuceno,
Juliana Freitas e Marcelo Weick Pogliese

ASPECTOS POLÊMICOS E ATUAIS DO DIREITO ELEITORAL

 EDITORA
RIDEEL
Quem tem Rideel tem mais.

EXPEDIENTE

FUNDADOR **Italo Amadio (*in memoriam*)**
DIRETORA EDITORIAL **Katia Amadio**
EDITORAS **Janaína Batista**
Mayara Sobrane
EDITORA ASSISTENTE **Mônica Ibiapiano**
PROJETO GRÁFICO **Sergio A. Pereira**
DIAGRAMAÇÃO **Textos & Livros**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Aspectos polêmicos e atuais do Direito Eleitoral / Ana Beatriz
Ferreira Rebello Presgrave...[et al] ; organização de Luciana Diniz
Nepomuceno, Juliana Freitas, Marcelo Weick Pogliese. -- 1. ed. --
São Paulo : Rideel, 2021.

Bibliografia
ISBN 978-65-5738-206-6

1. Direito eleitoral 2. Direito eleitoral - Brasil I. Presgrave, Ana
Beatriz Ferreira Rebello II. Nepomuceno, Luciana Diniz III. Freitas, Juliana
IV. Pogliese, Marcelo Weick

21-0724

CDD 342.8107
CDU 342.8(81)

Índice para catálogo sistemático:
1. Direito eleitoral

© 2021 – Todos os direitos reservados à



Av. Casa Verde, 455 – Casa Verde
CEP 02519-000 – São Paulo – SP
e-mail: sac@rideel.com.br
www.editorarideel.com.br

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19-2-1998, Lei dos Direitos Autorais).

1 3 5 7 9 8 6 4 2
0 2 2 1

SUMÁRIO

Apresentação	5
Candidatura independente e a Constituição Federal de 1988	13
1. Introdução: o Recurso Extraordinário 1.054.490-RJ	15
2. A hierarquia dos tratados e convenções internacionais no ordenamento jurídico brasileiro	18
3. O Pacto de São José da Costa Rica e sua aplicação no Brasil.....	25
4. O impacto da candidatura avulsa na democracia	30
5. Conclusões.....	35
Referências bibliográficas	37
A (in)constitucionalidade da vedação do impulsionamento de propaganda negativa	39
1. Introdução.....	41
2. O impulsionamento como modalidade de propaganda eleitoral na internet	42
3. A vedação ao impulsionamento de propaganda negativa e a Resolução nº 23.610/2019 do Tribunal Superior Eleitoral	44
3.1. Resolução que inova em uma restrição	44
3.2. Liberdade de expressão e propaganda negativa.....	47
4. Considerações finais	54
Referências bibliográficas	55
Observação eleitoral internacional e a experiência brasileira: missões internacionais e nacionais.....	59
1. Introdução: o fundamento da observação eleitoral no marco dos direitos humanos e da democracia	61
2. Breves noções sobre observação eleitoral	65
3. Normativas sobre observação eleitoral em perspectiva comparada.....	75
4. E o Brasil? A mudança no paradigma anterior	80

5. Conclusão	86
Referências bibliográficas	89
<i>Sites</i> consultados	92
Abuso de poder no Direito Eleitoral	95
Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE)	107
1. Introdução.....	109
2. Formas de abuso no direito eleitoral	109
2.1. Abuso político	109
2.2. Abuso econômico	115
2.3. Abuso econômico e político	119
2.4. Uso indevido dos meios de comunicação	119
2.5. Fraude	121
3. Aspectos processuais.....	124
3.1. Competência	131
3.2. Legitimidade	131
3.3. Procedimento.....	132
3.4. Sanções	135
4. Considerações finais	135
Referências.....	138
Desafios políticos e sociais ao constitucionalismo democrático no Brasil	143
1. Introdução.....	145
2. Bases do constitucionalismo ocidental e a influência das revoluções liberais na formação do constitucionalismo moderno.....	146
3. O apogeu democrático ao longo do século XX.....	151
4. Brasil: uma República que prescindiu do povo?	155
5. Constitucionalismo democrático: o caminho para o desenvolvimento nacional.....	160
6. Considerações finais	168
Referências bibliográficas	169

A pré-campanha em disputa entre libertários e igualitários: uma contribuição à racionalização do debate sobre a propaganda eleitoral antecipada	173
1. A campanha eleitoral prevista na Lei das Eleições: a fase própria para propaganda.....	176
1.1. A dinâmica da propaganda eleitoral originalmente prevista na Lei das Eleições	179
1.2. A nova dinâmica da propaganda eleitoral.....	181
2. A pré-campanha como novo conceito negativo e suas repercussões para a propaganda eleitoral.....	184
2.1. A Lei nº 12.034/2009	184
2.2. Dos problemas na aplicação da Lei nº 12.034/2009 às Minirreformas de 2013 e 2015	186
3. A interpretação do art. 36-A da LE e o novo conceito de propaganda eleitoral antecipada lícita.....	190
3.1. Teses igualitárias sobre a pré-campanha	192
3.2. Teses libertárias sobre a pré-campanha.....	196
3.2.1 Teorias unidimensionais da propaganda eleitoral antecipada.....	196
3.2.2 Teorias tridimensionais da propaganda eleitoral antecipada	199
3.2.2.1 A teoria dos três filtros.....	199
3.2.2.2 A teoria tridimensional qualificada.....	202
4. Considerações finais	207
Referências bibliográficas	210
Uma leitura necessária do precedente do STF – RE 848826/DF à luz do instituto do <i>distinguishing</i> no direito eleitoral	213
1. Introdução.....	215
2. A constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa e a eficácia do art. 1º, inciso I, alínea g, da Lei Complementar nº 64/1990	216
3. Do advento do Recurso Extraordinário 848.826/DF.....	221
4. Da necessária aplicação do instituto do <i>distinguishing</i> aos casos concretos de incongruência, apontamentos graves que configurem atos dolosos de improbidade administrativa.....	229

5. Conclusão	234
Referências bibliográficas	234

A irrecorribilidade imediata das interlocutórias no processo eleitoral:

uma solução 235

1. Consideração introdutória	237
2. A evolução do recurso de agravo no sistema processual civil ...	237
3. As interlocutórias e sua (i)recorribilidade no processo eleitoral	252
I – Eleições 2002	253
II – Eleições 2004	253
III – Eleições 2008.....	255
IV – Eleições 2010	256
V – Eleições 2012	257
VI – Eleições 2014.....	259
VII – Eleições 2016.....	259
4. Decisões interlocutórias típicas e sua impugnação imediata.....	269
5. Decisões interlocutórias típicas e sua impugnação imediata.....	274
Referências bibliográficas	276

Vamos falar de eleições e algoritmos? O papel das plataformas

digitais na construção da vontade..... 283

1. Introdução.....	285
2. Algoritmo e formação da vontade: liberdade de escolha e pressuposto informacional como elementos centrais da democracia	286
3. A informação e o elemento central da vontade democrática: <i>fake news</i> como um fator inserido no controle de conteúdo.....	288
4. As seis dimensões da desinformação e um recorte no controle de conteúdo	293
5. As plataformas são intermediárias ou sua matemática é responsável pela circulação de conteúdo falso e danoso?	295

6. Entre eficiência e transparência: a formação de banco de dados, seus vieses e a centralidade da <i>accountability</i>	301
7. Conclusão	308
Os ilícitos cíveis eleitorais decorrentes das novas tecnologias de propaganda: eficácia no combate ou vamos continuar enxugando gelo?	311
1. Introdução.....	313
2. As redes sociais, eleições e o enxame de <i>bots</i> e perfis falsos.....	315
3. Anonimato, <i>bots</i> , perfis falsos e o direito à liberdade de expressão	318
4. Uso automatizado de contas, perfis ciborgues e ações humanas ocultas	321
5. Utilização de <i>bots</i> e o direito eleitoral	322
6. Os entraves processuais para um controle do uso do <i>bots</i> , perfis falsos e ciborgues pela Justiça Eleitoral	325
7. Conclusões.....	334
Cota eleitoral de gênero: o desafio da concretização.....	335
1. Introdução.....	337
2. Uma ação afirmativa necessária	338
3. Positivção da cota de gênero.....	343
4. Evolução da jurisprudência do TSE	346
5. Novos desafios.....	356
6. Conclusão	359
Referências bibliográficas	362
Direito Eleitoral em tempos de ódio e pandemia.....	365
1. Introdução.....	367
2. Direito Eleitoral.....	368
3. Isonomia, legitimidade e importância das eleições.....	370
4. Justiça Eleitoral no Brasil.....	372
5. Vivências na seara eleitoral.....	373

ASPECTOS POLÊMICOS E ATUAIS DO DIREITO ELEITORAL

6. Juiz eleitoral: discricção e diálogo	374
7. Juiz racional diante do político pragmático	376
8. As regras de experiência comum.....	378
9. As tumultuadas eleições gerais de 2018.....	381
10. A nociva influência das <i>fake news</i>	382
11. A pandemia da Covid-19.....	385
12. Justiça Eleitoral e o "novo normal"	388
13. O Direito em tempos anormais.....	388
14. Eleições de 2020 e pandemia	391
14.1. Adiamento	392
14.2. Convenções partidárias	392
14.3. Prazos de inelegibilidade.....	392
14.4. Votação	393
14.5. e-Título	394
14.6. Propaganda	394
14.7. Prestação de contas e diplomação	396
14.8. Adiamento das eleições em Macapá	397
14.9. Greve de ônibus no Rio de Janeiro.....	397
15. Votação eletrônica.....	397
16. Conclusão.....	400
Referências bibliográficas	401